



Relatório Trimestral

2º TRIMESTRE 2023

Valores acumulados

PAO 2023-2025



Metropolitano de Lisboa

Índice

Sumário Executivo	2
1. Atividade Operacional.....	3
1.1. Procura	3
1.2. Oferta	3
1.3. Receitas	4
2. Gestão Económica e Financeira	4
2.1. Análise de Balanço	4
2.2. Síntese de Resultados	9
2.3. Fluxos de Caixa	11
2.4. Modelo de Financiamento	12
2.5. Stock da Dívida	12
3. Cumprimento das Orientações Legais	13
3.1. Plano de Redução de Custos (PRC).....	13
3.2. Frota Automóvel	14
3.3. Prazo Médio de Pagamentos	14
3.4. Evolução do Efetivo	15
3.5. Limites de Endividamento Bancário	15
3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado	15
4. Plano de Investimento	16
5. Resumo	17
6. Demonstrações Financeiras.....	18
6.1. Balanço.....	18
6.2. Demonstração de Resultados	19

Sumário Executivo

O presente relatório analisa a execução orçamental até ao final do 2.º trimestre de 2023, apresentando uma comparação com o orçamento para o mesmo período e com o período homólogo.

O PAO 2023 foi submetido em SIRIEF no mês de setembro de 2022 e foi aprovado em maio de 2023 por Despacho Conjunto da Tutela Financeira e Sectorial.

Procura:

O número de passageiros com título pago regista, em acumulado, um acréscimo de 14,36 milhões de passageiros, o que corresponde a uma variação de 24,5% face a 2022, com os utilizadores de passe a contribuir com um crescimento de cerca de 11,15 milhões de passageiros (24,3%) e os passageiros com títulos ocasionais com mais 3,21 milhões de passageiros (25,6%).

Oferta:

Registou-se um aumento de 1,9% na quantidade de lugares x km (+266.189) no 2.º trimestre de 2023 em relação ao 2.º trimestre de 2022, superando a estimativa em 6,6% (+860.963). Esse resultado indica um bom desempenho da empresa no mercado de transporte.

O número de comboios por quilómetro aumentou 3,3% (+81.240) em relação ao 2.º trimestre de 2022 e 5,6% (+132.596) face à estimativa para o 2.º trimestre de 2023.

Receita:

Verifica-se um aumento significativo das receitas tarifárias em relação ao ano anterior. No 2º trimestre de 2023, as receitas foram de 52,80 milhões de euros, o que representa um aumento de 30,9% em comparação com o 2º trimestre de 2022, que registou receitas de 40,34 milhões de euros.

O valor registado no 2º trimestre de 2023, relativo aos Pagamentos por conta no âmbito do PART, foi de 4,89 milhões de euros, representando um acréscimo de 615,38 mil euros (+14,4%) em relação ao valor do ano anterior, que foi de 4,28 milhões de euros.

Princípios financeiros de referência:

Os gastos operacionais corrigidos registaram 60,4 milhões de euros, face a um volume de negócios que atingiu os 63,3 milhões de euros, originando um rácio GO/VN = 95,4%, apresentando um *superavit* no valor de 2,9 milhões de euros, com uma melhoria significativa face ao período homólogo de 2022, não considerando o valor estimado de perda de receita inerente ao impacto da pandemia COVID-19 na procura do transporte público, em que se registou um défice operacional (corrigido) no valor de 7,4 milhões de euros. Comparativamente com o período homólogo de 2019, em que o valor do rácio foi de 92,2%, com um *superavit* de 5,0 milhões de euros, regista-se um agravamento de 2,1 milhões de euros no resultado acumulado entre VN-Gastos operacionais (GO) corrigidos, conforme se poderá verificar no *Quadro 11 - Plano de Redução de Custos*.

No relativo aos gastos com pessoal, excluindo OS, verifica-se um acréscimo de 4,3 milhões de euros (+10,2%), face a 2022 e um acréscimo de 6,2 milhões de euros (+15,6%) face a 2019.

O conjunto de gastos com deslocações e alojamento, ajudas de custo, frota automóvel e contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria, apresenta uma variação negativa de 6 mil euros (-2,9%), em relação ao período homólogo de 2022, e um desvio negativo de 111 mil euros (-36,8%).

1. Atividade Operacional

1.1. Procura

Quadro 1 - Passageiros Transportados

INDICADORES DE PROCURA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2022	2.º TRIM 2023	Abs.	%	Abs.	%
Passageiros transportados com título pago	72.847.715	58.488.743	67.846.450	14.358.972	24,5%	5.001.265	7,4%
Passageiros x km	390.232.890	321.348.932	386.861.766	68.883.958	21,4%	3.371.124	0,9%
Receitas tarifárias (s/ IVA)	59.560.717 €	46.479.958 €	49.309.798 €	13.080.759	28,1%	10.250.920	20,8%
Receita média por passageiro	0,82 €	0,79 €	0,73 €	0,023 €	2,9%	0,09 €	12,5%

Fonte: DCL/DMS 020/1723675 (CIDS) | PAO 2023-2025 (DFI)

Os indicadores de procura apresentam um incremento generalizado, tanto na comparação com o período homólogo, como em relação à previsão do PAO.

O número de passageiros com título pago regista, em acumulado, um acréscimo de 14,36 milhões de passageiros, o que corresponde a uma variação de 24,5%, com os utilizadores de passe a contribuir com um crescimento de cerca de 11,15 milhões de passageiros (24,3%) e os passageiros com títulos ocasionais com mais 3,21 milhões de passageiros (25,6%).

Comparativamente com o previsto no PAO regista-se um desvio positivo de 7,4%, mais 5,0 milhões de passageiros. Do acréscimo de 5,0 milhões de passageiros, 3,12 milhões são passageiros com passe (+5,8%) e 1,88 milhões são passageiros com títulos ocasionais (13,6%).

Observa-se um aumento no número de passageiros por quilómetro percorrido, quando comparado o 2º trimestre de 2023 com o 2º trimestre de 2022, em 21,4%, o que revela o incremento da eficiência do sistema de transporte em termos de utilização de capacidade. Comparando com o previsto no PAO para o mesmo período, observa-se um desvio positivo de 0,9%.

1.2. Oferta

Quadro 2 - Oferta

OFERTA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2022	2.º TRIM 2023	Abs.	%	Abs.	%
Carroagens x km (circulações c/ passageiros)	13.984.173	13.717.985	13.123.210	266.189	1,9%	860.963	6,6%
Lugares x km	1.789.974.194	1.755.902.046	1.679.770.880	34.072.148	1,9%	110.203.314	6,6%
Comboios x km	2.516.355	2.435.115	2.383.759	81.240	3,3%	132.596	5,6%

Fonte: DOP/DMS 020/1723675 (CIDS) | PAO 2022-2024 (DFI)

Os dados mostram que houve um aumento de 1,9% na quantidade de lugares x km (+266.189) no 2.º trimestre de 2023, em relação ao 2.º trimestre de 2022, superando a estimativa em 6,6% (+860.963). Esse resultado indica um bom desempenho da empresa no mercado de transporte.

Comparando os valores reais com os estimados e com os do mesmo período do ano anterior, o número de comboios por quilómetro aumentou 3,3% (+81.240) em relação a 2022 e 5,6% (+132.596) face à estimativa de 2023.

1.3. Receitas

Quadro 3 - Receitas

RECEITAS (valores sem IVA)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2022		Abs.	%	Abs.	%
Receitas Tarifárias ¹	52.802.482 €	40.337.100 €	41.746.225 €	12.465.382	30,9%	11.056.257	26,5%
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	1.863.724 €	1.863.724 €	4.235.665 €	0	0,0%	-2.371.941	-56,0%
Pagamento por conta (PART)	4.894.511 €	4.279.134 €	3.327.907 €	615.378	14,4%	1.566.604	47,1%
Receitas tarifárias (incluso comparticipações)	59.560.717 €	46.479.958 €	49.309.798 €	13.080.759	28,1%	10.250.920	20,8%

¹ Bilhetes e Passes

Fonte: SAP/FI e PAO 2022-2024 (DFI)

Verifica-se um aumento significativo das receitas tarifárias em relação ao ano anterior. No 2º trimestre de 2023, as receitas foram de 52,80 milhões de euros o que representa um aumento de 30,9% em comparação com o período homólogo de 2022, que registou receitas de 40,34 milhões de euros. As receitas tarifárias do 2º trimestre de 2023 estão 11,06 milhões de euros acima da estimativa, que era de 41,75 milhões de euros, dado a incerteza sobre a recuperação dos níveis de procura à data de elaboração do PAO.

O valor registrado no 2º trimestre de 2023, relativo aos Pagamentos por conta no âmbito do PART, foi de 4,89 milhões de euros, representando um acréscimo de 615,38 mil euros (+14,4%) em relação ao valor do ano anterior, que foi de 4,28 milhões de euros. O desvio é positivo, no valor de 1,57 milhões de euros (+47,1%).

No global, as receitas tarifárias do 2º trimestre de 2023, incluindo comparticipações, foram de 59,56 milhões euros, o que representa um aumento de 28,1% em relação ao 1.º trimestre de 2022, em que as receitas foram 46,48 milhões de euros. Face à estimativa, as receitas tiveram um desvio positivo de 10,25 milhões de euros (+20,8%).

A receita média por passageiro apresenta um acréscimo de 0,023€ face ao período homólogo. Quando comparado com o estimado no PAO, verifica-se um desvio positivo de 0,09€.

2. Gestão Económica e Financeira

2.1. Análise de Balanço

Quadro 4 – Análise de Balanço

Análise de Balanço	REAL		PAO	Δ / 31.12.2022		Δ / PAO	
	2.º TRIM 2023	31.DEZ 2022		2.º TRIM 2023	Abs	%	Abs
Ativo não Corrente	5.655.845.645 €	5.637.447.945 €	5.778.579.398 €	18.397.700 €	0,3%	-122.733.752 €	-2,1%
Ativo Corrente	211.656.266 €	213.065.693 €	200.021.417 €	-1.409.427 €	-0,7%	11.634.849 €	5,8%
Total do Ativo	5.867.501.912 €	5.850.513.639 €	5.978.600.815 €	16.988.273 €	0,3%	-111.098.903 €	-1,9%
Capital Próprio	1.935.342.250 €	1.944.606.216 €	2.076.300.548 €	-9.263.967 €	-0,5%	-140.958.298 €	-6,8%
Passivo não Corrente	1.902.027.861 €	1.912.823.780 €	1.990.304.771 €	-10.795.919 €	-0,6%	-88.276.910 €	-4,4%
Passivo Corrente	2.030.131.801 €	1.993.083.643 €	1.911.995.496 €	37.048.158 €	1,9%	118.136.305 €	6,2%
Capital Próprio e Passivo	5.867.501.912 €	5.850.513.639 €	5.978.600.815 €	16.988.273 €	0,3%	-111.098.903 €	-1,9%

Fonte: SAP/FI e PAO 2022-2024 (DFI)

Principais variações no Balanço ao 2.º trimestre, face a 31 de dezembro de 2022:

Ativo não Corrente

- ILD: +34,7 milhões de euros
 - ✓ Edifícios e outras construções ILD:
 - Ativo tangível ILD – Ed. Outras construções: 1,2 milhões de euros.
 - ✓ Equipamento básico ILD:



- Ativo tangível ILD – Ed. Outras construções: 109,3 mil euros.
- ✓ Investimentos em curso ILD: 28,6 milhões de euros:
 - Empreendimento Rato/Cais do Sodré: 26,6 milhões de euros;
 - Remodelação da linha Azul: 1,3 milhões de euros;
 - Plano nacional de acessibilidades: 0,4 milhões de euros;
 - Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores): 0,3 milhões de euros.
- ✓ Estado conta a receber: 20,2 milhões de euros:
 - Encargos financeiros ILD: 28,6 milhões de euros;
 - Reconhecimento da variação do *Mark to Market (MtM)* dos contratos swap: -8,4 milhões de euros.
- ✓ Subsídios ao investimento ILD: -16,2 milhões de euros, relativos ao valor recebido do Fundo Coesão (POSEUR), para comparticipação do projeto de Expansão Rato/Cais do Sodré.
- ✓ Outros ativos financeiros ILD - potencialmente favoráveis-ILD: 0,8 milhões de euros.
- Ativos fixos tangíveis: -4,5 milhões de euros, por via das amortizações.
- Propriedades de investimento: -228 mil euros.
- Ativos intangíveis: -409 mil euros.
- Outros ativos financeiros: -11,1 milhões de euros:
 - ✓ Desembolso Wells Fargo; -10,4 milhões de euros;
 - ✓ Wells Fargo MTM: -0,7 milhões de euros.

Ativo Corrente

- Inventários: -50 mil euros;
- Clientes: +107 mil euros;
- Estado e outros entes públicos: +177 mil euros;
- Outros créditos a receber: 2,3 milhões de euros:
 - ✓ Pessoal: -146 mil euros;
 - ✓ Outras contas a receber: 2,4 milhões de euros.
- Diferimentos: 1,6 milhões de euros
 - ✓ Gastos a reconhecer - Seguro saúde e Out. gastos a reconhecer – Diversos
- Caixa e Depósitos bancários: -5,5 milhões de euros.

Capital próprio

- Resultados transitados: - 21,1 milhões de euros;
- Ajustamentos/outras variações no capital próprio: 0,6 milhões de euros.

Passivo não Corrente

- Investimentos de longa duração: -8,6 milhões de euros
 - ✓ Provisões ILD: -1,0 milhão de euros;
 - ✓ Outros instrumentos financeiros – potencialmente desfavoráveis – ILD, pela variação do justo valor dos instrumentos financeiros ILD: -7,6 milhões de euros.
- Provisões: -40 mil euros.
- Responsabilidades por benefícios pós-emprego: -2,2 milhões de euros:
 - ✓ Encargos pensões - Custo dos Juros: 1,4 milhões de euros;
 - ✓ Encargos pensões - Anulação de Benefícios Pagos: -5,5 milhões de euros;

- ✓ Encargos pensões - Custo dos Serviços Correntes: 1,9 milhões de euros.

Passivo Corrente

- Investimentos de longa duração: 30,1 milhões de euros
 - ✓ Fornecedores de investimento ILD: 2,0 milhões de euros;
 - ✓ Outras dívidas a pagar ILD: 28,1 milhões de euros
 - Acréscimo de gastos - juros a liquidar: 26,3 milhões de euros;
 - PRR Linha Vermelha: 1,8 milhões de euros.
- Fornecedores: 2,9 milhões de euros;
- Estado e outros entes públicos: 0,7 milhões de euros;
- Outras dívidas a pagar: 3,3 milhões de euros:
 - ✓ Pessoal: 51 mil euros;
 - ✓ Fornecedores de investimentos: -83 mil euros;
 - ✓ Acréscimo de gastos, sub. Férias e Natal: 1 milhão de euros;
 - ✓ Juros a pagar: 0,5 milhões de euros;
 - ✓ Acréscimo de gastos – outros: 0,9 milhões de euros;
 - ✓ Valores a regularizar de Títulos de Transporte e Reconciliação de Venda: 1,0 milhões de euros;
 - ✓ Outros: 107 mil euros.

Principais desvios no Balanço, face ao previsto no PAO 2.º Trimestre:

Ativo não Corrente

- Investimento ILD: -87,0 milhões de euros
 - ✓ Investimento em Ativos fixos tangíveis ILD: -102,9 milhões de euros, conjugação da baixa realização de investimentos com a falta de estimativa em investimentos em curso, dada a previsão dos projetos de investimento ter sido totalmente considerada em AFT;
 - ✓ Investimentos em curso: +55,4 milhões de euros, valores estimados em AFT;
 - ✓ Estado – Conta a Receber: +12,6 milhões de euros, essencialmente pela variação *MtM* de instrumentos financeiros;
 - ✓ Estado - Subsídios - Gestão Infraestrutura: -46,7 milhões de euros, excesso de estimativa do subsídio ao investimento do Fundo de Coesão (projeto de expansão Rato/Cais do Sodré);
 - ✓ Outros instrumentos financeiros potencialmente favoráveis: -5,4 milhões de euros.
- Ativos Fixos Tangíveis ML: -24,2 milhões de euros
 - ✓ Edifícios e Outras construções: +12,2 milhões de euros;
 - ✓ Equipamento básico, equipamento administrativo e outros AFT: -37,7 milhões de euros, devido à baixa realização de investimentos e à falta de estimativa em investimentos em curso, tendo a estimativa dos projetos de investimento ter sido totalmente considerada em AFT;
 - ✓ Investimentos ML em curso: +1,3 milhões de euros, valores estimados em AFT.
- Propriedades de investimento: +1,4 milhões de euros
 - ✓ Edifícios e outras construções: +1,4 milhões de euros, excesso de estimativa para reversão de imparidades.
- Participações financeiras: -4,2 milhões de euros em participações financeiras
 - ✓ Aplicação do método de equivalência patrimonial relativamente ao TREM.
- Outros ativos financeiros: -9,1 milhões de euros:
 - ✓ Wilmington Trust e Wells Fargo: -8,2 milhões de euros, por variação *MtM*;
 - ✓ Fundo compensação do trabalho: 126 mil euros;
 - ✓ Inv. Financeiros – Outras empresas: -1,0 milhões de euros.

Ativo Corrente

- Inventários: -450 mil euros;
- Clientes: -806 mil euros;
- Estado e outros entes públicos: -14,2 milhões de euros: essencialmente por excesso de estimativa de IVA dedutível e excesso de estimativa para pedidos de reembolso de IVA, consequência da baixa realização do investimento face ao previsto;
- Outros contas a receber: -14,4 milhões de euros
 - ✓ Acréscimo de rendimentos (PART + Compensações tarifárias + receita de espaços comerciais): -13,5 milhões de euros;
 - ✓ Devedores diversos: -0,9 milhões de euros.
- Diferimentos: -2,4 milhões de euros.
 - ✓ Gastos a reconhecer – Seguros: 0,3 milhões de euros;
 - ✓ Gastos a reconhecer - subsídios e outros: 0,8 milhões de euros;
 - ✓ Outros gastos a reconhecer – diversos: 1,3 milhões de euros.
- Caixa e depósitos bancários: +40,9 milhões de euros, relacionada com o nível de execução dos projetos de investimento comparticipados pelo Fundo de Coesão, Fundo Ambiental e PRR:
 - ✓ Caixa: 4 mil euros
 - ✓ DO-IGCP: +5,6 milhões de euros
 - ✓ DO-IGCP- F. Coesão: -9,8 milhões de euros;
 - ✓ DO-IGCP-F. Ambiental - RA/CS: +38,4 milhões de euros;
 - ✓ DO-IGCP-F. Ambiental Modernização: +12,1 milhões de euros
 - ✓ DO-IGCP-PRR Linha Vermelha: -5,8 milhões de euros
 - ✓ DO-IGCP-PRR TCSP Loures/Odivelas: -0,8 milhões de euros
 - ✓ Outros - banca comercial: 1,2 milhões de euros

Capital próprio

- Capital realizado: -84,7 milhões de euros, dadas as Dotações de Capital serem inferiores ao previsto. Tal decorre das decisões de financiamento do acionista;
- Resultados transitados: 12,5 milhões de euros, pelo valor estimado de Resultado Líquido 2022 ser mais negativo do que o real;
- Outras variações no capital próprio: -77,6 milhões de euros:
 - ✓ Out. Var. no CP - Subs. - FEDER - QCA Transp. – ML: -0,6 milhões de euros;
 - ✓ Fundo Ambiental Sistemas Sinalização ML: -16,4 milhões de euros;
 - ✓ Out. Var. no CP - Subs. - FA - RA/CS – ILD: -16,8 milhões de euros;
 - ✓ Out. Var. no CP - Subs. - FA - PEES – ILD: +2,6 milhões de euros;
 - ✓ Out. Var. no CP - Subs. - FA - Modern. – ML: -34,2 milhões de euros;
 - ✓ Out. Var. no CP - Subs. - FA - Modern. – ILD: -0,4 milhões de euros;
 - ✓ Out. Var. no CP - Subs. – PIDDAC: +0,8 milhões de euros;
 - ✓ Out. Var. no CP - Subs. - Fundo de Coesão / POSEUR: +11,4 milhões de euros
 - ✓ Out. Var. no CP - Subs. ao investimento – ILD: -48,2 milhões de euros
 - ✓ Out. Var. no CP - Ganhos e perdas atuariais: +24,2 milhões de euros
- Resultado líquido do período: +8,9 milhões de euros.

Passivo não Corrente

- ILD: -46,5 milhões de euros:
 - ✓ Provisões ILD: -3,5 milhões de euros;
 - ✓ Financiamentos obtidos:
 - -19,2 milhões de euros, decorrente da falta de estimativa de final de ano (2022) da conversão de passivo não corrente para passivo corrente;
 - -2,8 milhões de euros, devido a financiamento inferior ao estimado, por decisão do acionista.
 - ✓ Instrumentos financeiros ILD - potencialmente desfavoráveis: -21,0 milhões de euros, devido à flutuação MtM.
- Provisões: +2,1 milhões de euros milhões de euros, por falta de estimativa de provisões para processos judiciais em curso (1,4 M€), provisões para investimentos financeiros (0,2 M€) e Juros de mora - Santander (0,5 M€);
- Financiamentos obtidos (ML): -11,0 milhões de euros, -8,3 milhões de euros resultante da estimativa de final de ano (2022) para encargos com swaps financiados pela DGTF e -2,7 milhões de euros referentes a estimativa de financiamento que não se realizou por decisão do acionista;
- Responsabilidades por benefícios pós-emprego: -26,2 milhões de euros
 - ✓ Encargos pensões - Custo dos Juros: -4,6 milhões de euros
 - ✓ Encargos pensões - Anulação de Benefícios Pagos: +11,6 milhões de euros
 - ✓ Encargos pensões - Custo dos Serviços Correntes: -3,9 milhões de euros
 - ✓ Pensões: -29,4 milhões de euros
- Outros passivos financeiros - Outros instrumentos Financeiros – potencialmente desfavoráveis – ML: -6,6 milhões de euros, por excesso de estimativa.

Passivo Corrente

- ILD: 86,1 milhões de euros:
 - ✓ Fornecedores de investimento ILD: +0,1 milhões de euros, défice de estimativa nos valores em dívida;
 - ✓ Financiamentos obtidos: +49,7 milhões de euros, por não incorporação no ativo do Estado, da dívida vencida (parte ILD);
 - ✓ Outras dívidas a pagar ILD: +36,3 milhões de euros
 - Acréscimos de gastos de financiamento a liquidar: +5,7 milhões de euros;
 - Subsídios ao investimento: +30,6 milhões de euros.
- Fornecedores: +2,5 milhões de euros;
- Estado e outros entes públicos: -4,3 milhões de euros;
- Financiamentos obtidos: +18,3 milhões de euros:
 - ✓ Financiamentos CP DGTF: +20,4 milhões de euros – por não conversão de dívida vencida em Capital (parte ML)
 - ✓ Suprimentos: -2,1 milhões de euros, previstos que não se verificaram.
- Outras Contas a Pagar: +15,7 milhões de euros, justificado essencialmente por:
 - ✓ Fornecedores de investimento: +4,8 milhões de euros;
 - ✓ Pessoal: -0,4 milhões de euros;
 - ✓ Acréscimo de gastos:
 - Pessoal: +2,3 milhões de euros
 - Juros: +1,1 milhões de euros
 - Subsídios ao investimento: +5,9 milhões de euros;
 - Outros: +2,0 milhões de euros;
- Diferimentos: +1,6 milhões de euros

- ✓ Rendimentos a reconhecer – Compensação financeira: +1,9 milhões de euros;
- ✓ Rendimentos a reconhecer – outros: -0,3 milhões de euros.

2.2. Síntese de Resultados

Quadro 5 - Síntese de Resultados

Rubrica	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2022		2.º TRIM 2023	Abs.	%	Abs.
Rendimentos Operacionais (corrigidos) *	64.621.319 €	59.233.052 €	60.235.542 €	5.388.267	9,1%	4.385.776	7,3%
Vendas e serviços prestados	63.337.403 €	49.615.676 €	52.807.293 €	13.721.727	27,7%	10.530.110	19,9%
Subsídios à exploração	0 €	9.070.211 €	7.149.749 €	-9.070.211	-100,0%	-7.149.749	-100,0%
Outros rendimentos e ganhos *	1.283.915 €	547.165 €	278.500 €	736.750	134,6%	1.005.415	361,0%
Gastos Operacionais (corrigidos)**	-65.301.937 €	-58.589.639 €	-73.537.672 €	-6.712.298	11,5%	8.235.735	-11,2%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1.476.550 €	-1.433.810 €	-2.161.490 €	-42.740	3,0%	684.940	-31,7%
Fornecimentos e serviços externos	-17.005.138 €	-14.899.547 €	-25.657.653 €	-2.105.592	14,1%	8.652.514	-33,7%
Gastos com o pessoal	-46.256.274 €	-41.985.382 €	-45.187.275 €	-4.270.892	10,2%	-1.068.999	2,4%
Outros gastos e perdas **	-563.974 €	-270.900 €	-531.254 €	-293.074	108,2%	-32.720	6,2%
EBITDA (corrigido)	-680.618 €	643.413 €	-13.302.130 €	-1.324.031	-205,8%	12.621.512	-94,9%

* Excluindo rubricas non-cash (Ganhos em Participadas / TPE / Imparidades / Provisões (reversões) / Ganhos de Justo Valor / Subsídios ao Investimento / Ganhos Cambiais / Ganhos em Inventários / Mais valias de Leasing)

** Excluindo rubricas non-cash (Perdas em Participadas / Imparidades / Provisões / Redução de Justo Valor / Perdas cambiais / Perdas em Inventários)

Fonte: SAP/FI e PAO 2023-2025 (DFI)

O Quadro 5 apresenta a síntese de resultados operacionais. Para efeitos de análise foram expurgados os valores das rubricas non-cash.

Principais variações/desvios:

Rendimentos

- **Vendas e Serviços Prestados:** A variação homóloga de 13,7 milhões de euros, e o desvio de 10,5 milhões de euros em relação ao PAO, é justificado, essencialmente, pela recuperação de receitas tarifárias, conforme detalhado no ponto 1.3 Receitas.
- **Subsídios à exploração:** (Relativo ao subsídio PART variável, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 14-C/2020 e posteriores atualizações): -9,0 milhões de euros em relação ao período homólogo, devido ao decréscimo da atribuição deste subsídio, em função do aumento da receita tarifária e desvio de -7,1 milhões de euros, face à estimativa de receita tarifária conservadora tendo em conta a incerteza na recuperação dos níveis de procura, o que revela assim a sobreorçamentação deste subsídio.
- **Outros rendimentos e ganhos:** variação positiva de 0,74 milhões de euros e desvio positivo de 1,0 milhões de euros, por via de rendimentos provenientes de indemnização por danos causados, subsídios para investimentos e ganhos em existências (sobras), não orçamentados.

Gastos

• Fornecimentos e serviços externos

Em relação ao período homólogo verifica-se um aumento de 2,1 milhões de euros, essencialmente devido a:

- Trabalhos especializados, -0,3 milhões de euros;
- Vigilância e segurança: +0,2 milhões de euros;
- Outros juros - Comissões: +0,1 milhões de euros, por influência do aumento do volume de receita, nomeadamente as transações por Multibanco;
- Aumento do custo da energia elétrica: +3,2 milhões de euros;
- Decréscimo do valor associado a rendas de leasing, pelo término do leasing associado ao TREM II: -1,4 milhões de euros;
- Serviços de limpeza: +0,4 milhões de euros.

As estimativas do PAO apresentam um gasto inferior na ordem dos 8,7 milhões de euros, quando comparado com o executado, com especial incidência nas seguintes rubricas:

- Trabalhos especializados: -1,1 milhão de euros;
 - Promoção /mkt / imagem: -113 mil euros;
 - Vigilância e segurança: -215 mil euros;
 - Conservação e Reparação (contratos de assistência técnica, edif. e outras construções e equipamento básico): -3,1 milhões de euros;
 - Energia elétrica: -3,0 milhões de euros;
 - Outros fluídos (gás): -234 mil euros;
 - Serviços de limpeza: -368 mil euros;
 - Condomínio despesas: -132 mil euros;
 - Outros: -334 mil euros.
- **Gastos com pessoal** – Incremento de gastos na ordem dos 4,3 milhões de euros em relação ao período homólogo e desvio de +1,1 milhões de euros, correspondendo, essencialmente, à variação da massa salarial resultante das novas contratações, dinâmica dos Acordos de Empresa, bem como, atualizações salariais decorrentes da legislação aplicável.

2.2.1. EBITDA (corrigido)

Quadro 6 - EBITDA (corrigido)

EBITDA (corrigido)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2022		Abs	%	Abs	%
EBITDA (DRN)	-741.384 €	13.841.242 €	-10.344.632 €	-14.582.626	-105,4%	9.603.247	-92,8%
Ajustamentos	-60.766 €	13.197.829 €	2.957.498 €	-13.258.595	-100,5%	-3.018.265	-102,1%
Trabalhos para a própria entidade	14.138 €	15.588 €	2.959.598 €	-1.450	-9,3%	-2.945.460	-99,5%
Aumentos de justo valor	318.196 €	12.634.568 €	0 €	-12.316.372	-97,5%	318.196	-
Subsídios ao investimento	556.168 €	556.168 €	0 €	0	0,0%	556.168	-
Ganhos cambiais	118 €	25 €	0 €	92	365,7%	118	-
Perdas cambiais	-1.031.094 €	-4.430 €	-2.100 €	-1.026.664	23176,1%	-1.028.994	48999,7%
Ganhos em Inventários	165.871 €	110.029 €	0 €	55.842	50,8%	165.871	-
Perdas em Inventários	-124.163 €	-111.977 €	0 €	-12.186	10,9%	-124.163	-
EBITDA (corrigido)	-680.618 €	643.413 €	-13.302.130 €	-1.324.031	-205,8%	12.621.512	-94,9%

Fonte: SAP/FI e PAO 2023-2025 (DFI)

Para efeitos de análise e avaliação do cumprimento dos objetivos determinados ao nível do EBITDA, são expurgados efeitos de natureza *non-cash*, tais como diferenças cambiais, subsídios ao investimento, provisões, mais-valias e perdas/ganhos em inventários. Para possibilitar uma melhor comparação, foram ainda retirados outros efeitos extraordinários de operações financeiras, com relevante impacto no EBITDA contabilístico, nomeadamente Equivalência Patrimonial/Subsidiárias e Aumentos/Reduções de Justo Valor.

O EBITDA corrigido registou uma variação negativa de 1,3 milhões de euros, partindo de um EBITDA da DRN que registou uma variação negativa de 14,6 milhões de euros, face ao período homólogo.

Em relação ao previsto no PAO, o EBITDA corrigido regista um desvio positivo de 12,6 milhões de euros, explicado, essencialmente, pela estimativa conservadora de receitas tarifárias.

Merce especial referência a rubrica Perdas Cambiais, que regista uma variação e desvio de +1,0 milhão de euros, justificado pela variação *Mark to Market (MtM)*.

2.2.2. Juros e gastos similares suportados

Quadro 7 - Juros e gastos similares suportados

	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2022		2.º TRIM 2023	Abs	%	Abs
Juros e gastos similares suportados	549.667 €	12.870.348 €	657.672 €	-12.320.681	-95,7%	-108.005	-16,4%

Face ao período homólogo, verifica-se uma redução de 12,3 milhões de euros em pagamentos de juros, por via da maturidade do *leasing* operacional do TREM II-2 em 2022. No período homólogo houve lugar a pagamento de 12,3 milhões de euros em juros SWAP.

O desvio negativo de 108 mil euros, deve-se a juros de empréstimos da DGTF (ML) não pagos, ao abrigo do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, em que foi autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida, sem cobrança de juros.

2.3. Fluxos de Caixa

Quadro 8 - Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa (acumulado)	REAL	PAO	Δ PAO	
	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2023	Abs	%
Atividades Operacionais				
Recebimentos das atividades operacionais	68.410.001 €	69.119.493 €	-709.492	-1,0%
Pagamentos das atividade operacionais	67.683.270 €	81.508.646 €	-13.825.376	-17,0%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	726.731 €	-12.389.153 €	13.115.884	-105,9%
Atividades de Investimento				
Recebimentos de Investimentos	18.059.968 €	74.877.227 €	-56.817.259	-75,9%
Pagamentos de investimentos	31.403.283 €	101.441.352 €	-70.038.070	-69,0%
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)	-13.343.314 €	-26.564.125 €	13.220.811	-49,8%
Atividades de financiamento				
Recebimentos de financiamentos	10.415.589 €	64.988.834 €	-54.573.245	-84,0%
Pagamentos de financiamentos	3.284.307 €	25.192.082 €	-21.907.775	-87,0%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	7.131.281 €	39.796.752 €	-32.665.470	-82,1%
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	-5.485.302 €	843.474 €	-6.328.775	-750,3%
Caixa e seus equivalentes no início do período	162.251.274 €	114.994.903 €	47.256.371	41,1%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	156.765.972 €	115.838.377 €	40.927.596	35,3%

Fonte: MFCx jun/2023 e PAO 2023-2025 (DFI)

Os fluxos da atividade operacional geraram um *superavit* de 727 mil euros, libertando verba para a atividade de Investimento. O desvio positivo de 13,1 milhões de euros em relação ao PAO, deve-se essencialmente ao excesso de estimativa de pagamentos a fornecedores e, conforme explicado no ponto 2.2 Síntese de Resultados, os gastos com FSE no período em análise foram consideravelmente inferiores ao estimado. Por outro lado, a baixa execução de investimento, com impacto direto na recuperação de IVA (Recebimentos do Estado) impactou negativamente o fluxo em análise.

No relativo à tesouraria de investimento, foram recebidos 18,0 milhões de euros, 16,2 milhões de euros relativos a transferências do POSEUR e 1,9 milhões de euros recebidos do PRR. Foram efetuados pagamentos de investimento no valor de 31,4 milhões de euros.

Verifica-se um desvio positivo de 13,2 milhões de euros no Fluxo de Caixa de Investimento, justificado essencialmente pela execução dos projetos de expansão Rato/Cais do Sodré, Modernização do Sistema de Sinalização (CBTC) e Prolongamento S. Sebastião/Alcântara. Algumas das intervenções com caráter de investimento não avançaram por se aguardar a emissão da respetiva Portaria de Extensão de Encargos ou atualização das Resoluções de Conselho de Ministros, no que respeita à autorização do aumento de despesa nos projetos de expansão da rede.

As atividades de financiamento registaram recebimentos no valor de 10,4 milhões de euros, relativos a desembolso do colateral Wilmington Trust, não tendo sido registados recebimentos relativos a financiamentos previstos no PAO. Foram efetuados pagamentos de financiamentos no valor de 3,3 milhões de euros, relativos a juros e swap subjacentes ao financiamento *Schuldschein*. O desvio verificado deve-se ao facto do montante de encargos financeiros estimados ter sido incorretamente especializado e não refletir o momento em que ocorre o fluxo financeiro.

A variação de caixa, negativa, reflete a ausência de transferências do Acionista que permitissem financiar os défices de investimento e financiamento, os quais foram supridos com recurso à utilização do saldo de gerência de 2022 não afeto a subsídios consignados a projetos de investimento e a receita própria.

O elevado saldo de caixa e equivalentes ocorre pelo recebimento, em 2022 e anos anteriores, de subsídios consignados a investimento, nomeadamente Fundo Ambiental, POSEUR e PRR, cuja aplicação tem deslizado no tempo, acompanhando a execução dos principais projetos financiados.

2.4. Modelo de Financiamento

Quadro 9 - Apoio Financeiro do Estado

Apoio Financeiro do Estado	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2022		Abs.	%	Abs.	%
Dotações de Capital / DGTF	0 €	81.035.511 €	43.780.384 €	-81.035.511 €	-100,0%	-43.780.384 €	-100,0%
Empréstimos DGTF	0 €	26.136.211 €	21.208.450 €	-26.136.211 €	-100,0%	-21.208.450 €	-100,0%
Compensações Financeiras / Min. Ambiente	1.863.724 €	1.863.724 €	4.235.665 €	0 €	0,0%	-2.371.941 €	-56,0%
PART	4.894.511 €	4.279.134 €	3.327.907 €	615.378 €	14,4%	1.566.604 €	47,1%
PART "COVID"	0 €	9.070.211 €	7.149.749 €	-9.070.211 €	-100,0%	-7.149.749 €	-100,0%
TOTAL	6.758.235 €	122.384.791 €	79.702.155 €	-115.626.555 €	-94,5%	-72.943.920 €	-91,5%

Fonte: SAP/FI e PAO 2023-2025 (DFI)

Até ao final do 1.º semestre de 2023 não foram concedidas dotações de capital. Considerando que o défice de investimento é coberto por dotações de capital por parte da DGTF, o desvio de -43,8 milhões de euros face ao PAO está essencialmente relacionado com a baixa execução de investimento.

Não foram contraídos novos empréstimos no 1.º semestre de 2023.

2.5. Stock da Dívida

Quadro 10 - Stock da Dívida

PASSIVO REMUNERADO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2021		Δ PAO	
	2.º TRIM 2023	31.12.2022		2.º TRIM 2023	Abs.	%	Abs.
Empréstimos Obrigacionistas	910.000.000 €	910.000.000 €	910.000.000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Outros Emp. LP / Tesouro	2.150.903.569 €	2.150.903.569 €	2.115.962.727 €	0 €	0,0%	34.940.842 €	1,7%
Schuldschein	300.000.000 €	300.000.000 €	300.000.000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Total	3.360.903.569 €	3.360.903.569 €	3.325.962.727 €	0 €	0,0%	34.940.842 €	1,1%

Fonte: SAP/FI e PAO 2023-2025 (DFI)

Até ao final 1.º semestre não se verificaram amortizações ou contratação de novos financiamentos.

O desvio de 34,9 milhões de euros deve-se a:

- Assunção de passivo (ILD) por incorporação em ativo do Estado, não realizado: 49,7 milhões de euros;
- Conversão de dívida em capital, não realizado: 20,4 milhões de euros;
- Resultante da estimativa de final de ano (2022) para encargos SWAP financiados pela DGTF: -8,3 milhões de euros;

- Falta de estimativa de final de ano (2022) da conversão de passivo não corrente para passivo corrente: -19,2 milhões de euros;
- Financiamentos 2023 - Financiamento inferior ao estimado, por decisão do acionista: -5,6 milhões de euros;
- Suprimentos 2023 - Financiamento inferior ao estimado, por decisão do acionista: -2,1 milhões de euros;

3. Cumprimento das Orientações Legais

3.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

Quadro 11 - Plano de Redução de Custos

Plano de Redução de Custos	REAL			PAO	Δ 2023/2022		Δ 2023/2019		Δ PAO	
	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2022	2.º TRIM 2019		2.º TRIM 2023	Abs	%	Abs	%	Abs
(1) CMVMC	1.476.550 €	1.433.810 €	1.976.664 €	2.161.490 €	42.740 €	3,0%	-500.115 €	-25,3%	-684.940 €	-31,7%
(2) FSE	17.005.138 €	14.899.547 €	16.419.811 €	25.657.653 €	2.105.592 €	14,1%	585.327 €	3,6%	-8.652.514 €	-33,7%
(2.1) FSE - COVID-19 ¹	48.902 €	380.596 €	0 €	148.761 €	-331.694 €	-87,2%	48.902 €	-	-99.858 €	-67,1%
(3) Gastos com pessoal	46.256.274 €	41.985.382 €	40.052.150 €	45.187.275 €	4.270.892 €	10,2%	6.204.125 €	15,5%	1.068.999 €	2,4%
(3.1) Integração de trabalhadores da Ferconsult ¹	1.079.621 €	951.489 €	0 €	957.643 €	128.132 €	13,5%	1.079.621 €	-	121.978 €	12,7%
(4) Impactos decorrentes de fatores excepcionais	3.160.403 €	0 €	0 €	6.079.726 €	3.160.403 €	-	3.160.403 €	-	-2.919.323 €	-48,0%
(4.1) Acréscimo do custo da energia	3.163.788 €	n.a.	n.a.	6.071.010 €	-	-	-	-	-2.907.222 €	-47,9%
(4.2) Acréscimo do custo dos combustíveis	- 3.384 €	n.a.	n.a.	8.716 €	-	-	-	-	-12.100 €	-138,8%
(5) Gastos Operacionais p/ efeitos de comparabilidade c/ a eficiência operacional (a)=(1)+(2)+(3)-(4)	60.449.036 €	56.986.653 €	58.448.625 €	65.820.288 €	3.462.382 €	6,1%	2.000.411 €	3,4%	-5.371.252 €	-8,2%
(6) Volume de negócios (VN)	63.337.403 €	49.615.676 €	63.406.535 €	52.807.293 €	13.721.727 €	27,7%	-69.132 €	-0,1%	10.530.110 €	19,9%
(6.1) Perda de receita atribuível à pandemia COVID-19 ²	- €	13.790.859 €	- €	12.529.940 €	-	-	13.790.859 €	-	1.260.920 €	10,1%
Indemnizações Compensatórias	- €	- €	- €	- €	- €	-	- €	-	- €	-
(7) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	95,4%	89,9%	92,2%	100,7%	5,6 pp	--	3,3 pp	--	-5,3 pp	--
(8) Deslocações e Alojamento	15.669 €	10.192 €	20.822 €	87.607 €	5.478 €	53,7%	-5.152 €	-24,7%	-7.193 €	-82,1%
(9) Ajudas de custo	10.134 €	4.884 €	3.053 €	5.147 €	5.249 €	107,5%	7.081 €	232,0%	4.987 €	96,9%
(10) Gastos com a frota automóvel ³	166.594 €	183.064 €	118.532 €	211.553 €	-16.470 €	-9,0%	48.062 €	40,5%	-44.959 €	-21,3%
(8) + (9) + (10)	192.397 €	198.140 €	142.406 €	304.306 €	-5.743 €	-2,9%	49.991 €	35,1%	-111.909 €	-36,8%
Gastos c/ contratações de estudos, pareceres, proj. e consultoria	651.082 €	947.301 €	608.939 €	1.778.867 €	-296.218 €	-31,3%	42.143 €	6,9%	-1.127.785 €	-63,4%

¹ Despesa deduzida aos gastos operacionais para cálculo do Peso dos Gastos/VN, conforme proposta de PAO 2023.

² Valor de receita considerado no cálculo do Peso dos Gastos/VN, conforme proposta de PAO 2023.

³ Os gastos associados à frota incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Fonte: SAP/FI e PAO 2023-2025 (DFI)

Tendo em conta as orientações constantes nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2023”¹, ao cálculo do peso dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, são subtraídos os gastos que resultam das medidas tomadas para fazer face à pandemia provocada pelo COVID-19 (49 mil euros). Adicionalmente, foi deduzido o impacto do custo da integração dos trabalhadores da Ferconsult nos gastos com pessoal (1,1 milhões de euros), assim como impactos decorrentes de fatores excepcionais (3,2 milhões de euros), por forma a ser comparável com 2019. Assim, e no que respeita aos princípios financeiros de referência, e sobre o desempenho do ML no 2.º trimestre de 2023, salienta-se o seguinte:

- Verifica-se uma variação negativa na rubrica de matérias consumidas (CMVMC) em 0,50 milhões de euros, face a 2019, e +43 mil euros, face a 2022. Verifica-se, também um desvio negativo no valor de 685 mil euros.
- Os gastos em FSE são superiores em 0,59 milhões de euros, face a 2019 e superiores em 2,1 milhões de euros comparando com 2022. No entanto, apresentam um desvio de -8,7 milhões de euros face ao orçamentoado, conforme detalhado em 2.2 Síntese de Resultados, pág.^a 9.
- Os gastos com pessoal, expurgados dos valores de integração dos colaboradores Ferconsult no ML, são superiores em 5,1 milhões de euros, comparativamente com o período homólogo de 2019 e em 4,1 milhões de euros face a 2022. O desvio é de +0,9 milhões de euros – vide 2.2 Síntese de Resultados, pág.^a 9. Salvaguarda-se que as atualizações salariais decorrentes do Despacho conjunto do Secretário de Estado das Finanças (SEF) e da Secretária de Estado do Tesouro (SET), de 15 de dezembro de 2022, não estavam consideradas aquando da preparação do OE 2023 do ML.
- Os gastos operacionais, expurgados dos custos associados à COVID-19, da integração dos trabalhadores da Ferconsult e de impactos decorrentes de fatores excepcionais, atingiram 60,4 milhões de euros, apresentando uma variação de 2,0 milhões de euros face a 2019 e 3,5 milhões de euros quando comparado com 2022, decorrente do aumento dos gastos com FSE e Gastos com Pessoal. O desvio apurado face ao orçamentoado é

¹ Despacho n.º 252/2022-SET, de 18 de agosto de 2022.

de -5,4 milhões de euros, conjugado pelo efeito de FSE inferiores ao estimado e gastos com pessoal consideravelmente superiores.

- O volume de negócios ao 2.º trimestre de 2023, atinge os valores de pré-pandemia, registando o valor de 63,3 milhões de euros, 69 mil euros abaixo do valor do período homólogo de 2019 e +13,7 milhões face a 2022, representando a retoma da procura. O desvio é positivo em 10,5 milhões de euros, face ao estimado.
- No global das rubricas Deslocações e Alojamento, Ajudas de custo e Gastos com a frota automóvel, verifica-se um aumento face ao período homólogo de 2019 (50 mil euros) que, no entanto, fica abaixo dos valores previstos no PAO 2023 (-112 mil euros). Quando comparado com 2022, a variação é negativa em 6 mil euros, tendo contribuído para tal, a diminuição dos gastos com a frota automóvel.
- Os gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria apresentam um acréscimo de 42 mil euros, face a 2019 e uma redução face ao período homólogo de 2022 (-296 mil euros), assim como um desvio negativo de 1,1 milhões euros, na sequência dos atrasos no desenvolvimento dos projetos de expansão que se têm verificado nos processos de contratação das assessorias para estes projetos.
- Considerando os gastos operacionais ajustados, para efeitos de comparabilidade, ao 2.º trimestre o ML atinge o equilíbrio entre rendimentos e gastos operacionais, com um *superavit* de 2,9 milhões de euros. Comparando o resultado do rácio Peso dos Gastos/Volume de Negócios com o planeado, verifica-se um desvio de -5,3 p.p. face ao estimado no PAO, apesar do acréscimo dos gastos com pessoal, as receitas aumenta de forma superior. É expectável a melhoria deste rácio ao longo de 2023, a verificar-se a tendência crescente das receitas.

3.2. Frota Automóvel

Quadro 12 - Indicadores de Frota Automóvel

INDICADORES FROTA AUTOMÓVEL	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2022		Abs	%	Abs	%
N.º de veículos	47	47	47	0	0,0%	0	0,0%
Gastos (€):							
Combustível	21.729	25.548	28.907	-3.819	-14,9%	-7.178	-24,8%
Energia	2.772	1.260	15.405	1.512	120,0%	-12.633	-82,0%
Conservação e Reparação	26.256	42.169	46.215	-15.913	-37,7%	-19.959	-43,2%
Rendas	85.614	87.398	107.835	-1.784	-2,0%	-22.221	-20,6%
Seguros	16.158	17.063	16.438	-905	-5,3%	-280	-1,7%
Impostos	1.542	1.607	1.284	-65	-4,1%	258	20,1%
Outros	12.523	8.018	144.130	4.504	56,2%	-131.607	-91,3%
Total	166.594	183.064	360.215	-16.470	-9,0%	-193.621	-53,8%

Fonte: SAP/FI e PAO 2023-2025 (DFI)

Na análise dos gastos com a Frota Automóvel, verifica-se a tendência de decréscimo destes gastos (16 mil euros) face ao período homólogo, essencialmente justificado pela substituição da frota por veículos energeticamente mais eficientes, e com gastos de manutenção consideravelmente inferiores.

3.3. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 13 - Prazo Médio de Pagamentos

PMP	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2022		2.º TRIM 2023	Abs	%	Abs
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	15	38	45	-23	-60,5%	-30	-66,7%

Fonte: SAP/FI e PAO 2023-2025 (DFI)

O prazo médio de pagamento regista uma variação de menos 23 dias quando comparado com o período homólogo e um desvio de menos 30 dias em relação à previsão do PAO, o que reflete o empenho do ML na eficiência da gestão de

tesouraria, mesmo com um esforço acrescido para dar continuidade aos projetos de investimento essenciais à melhoria do serviço de transporte público, como a substituição dos meios mecânicos que se encontram obsoletos.

3.4. Evolução do Efetivo

Quadro 14 - Efetivo

RECURSOS HUMANOS	REAL		PAO	$\Delta / 31.12.2022$		ΔPAO	
	2.º TRIM 2023	31 DEZ 2022		2.º TRIM 2023	Abs	%	Abs
Efetivo do Metropolitano de Lisboa*	1.564	1.569	1.615	-5	-0,3%	-51	-3,2%

*Não considera os Órgãos Sociais

Fonte: DCH | PAO 2023-2025 (DFI)

Considerando a previsão do PAO, regista-se um desvio de -51 trabalhadores devido aos atrasos nos processos de contratação aprovados no Plano de Atividades e Orçamento, bem como na substituição de saídas.

3.5. Limites de Endividamento Bancário

Quadro 15 - Cálculo da Variação do Endividamento

FINANCIAMENTO REMUNERADO	REAL	
	2.º TRIM 2023	31 Dez 2022
Financiamento Remunerado	3.360.903.569 €	3.360.903.569 €
Capital Social	3.849.294.636 €	3.849.294.636 €
Novos Investimentos	0 €	
Variação do endividamento	0,00%	

Fonte: SAP/FI e PAO 2023-2025 (DFI)

De acordo com a fórmula de cálculo da variação do endividamento constante nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2023”, o endividamento do ML não registou variação, considerando que não houve lugar à contratação de novos financiamentos, nem amortização de capital no período em análise.

3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 16 - Disponibilidades

UTE	2.º TRIM 2023
Disponibilidades em 30-06-2023	156 741 231 €
Depositadas no IGCP	154 172 569 €
Outras na banca nacional	2 568 662 €
Disponibilidades no IGCP [%]	98,4%

Fonte: DFI/Tesouraria

No final de junho de 2023, o ML mantinha 98,4% dos depósitos bancários (154,2 milhões de euros) no IGCP.

A especificidade da atividade comercial do ML comprehende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação do Senhor Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em 11/04/2022, o pedido de dispensa da UTE, nos termos do artigo 172.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, conforme N/Ref. 1625994. O IGCP através do seu ofício n.º 0293/2022, de 26 de abril, aprovou o excecionamento do cumprimento da UTE para os anos de 2022 e 2023, somente para os valores:

- a) Objeto de recolha, transporte e tratamento, contratualizados pelo ML com empresa de transportes de valores, os quais devem quinzenalmente ser transferidos para contas do ML no IGCP;
- b) Das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;

- c) Inerentes à custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
- d) Dos contratos de *leasing* e factoring celebrados com a banca comercial;
- e) Para compra de moeda estrangeira, nas situações em que o IGCP, expressamente indique, que a sua tesouraria externa não pode satisfazer as necessidades do ML.

4. Plano de Investimento

Quadro 17 - Plano de investimento

Projecto	REAL	PAO	Δ PAO	
	2.º Trim 2022	2.º Trim 2021	Abs	%
Investimento ML	2.351.864	23.228.664	-20.876.799	-90%
Edifícios e outras Construções	25.073	115.063	-89.990	-78%
Central Fotovoltaica PMO II	0	50.400	-50.400	-100%
Remodelação e Renovação de Instalações	30.221	314.600	-284.379	-90%
Posto de Comando Central	0	0	0	-
Subestação de Tração - Jardim Zoológico	0	0	0	-
Equipamento Básico	43305,51	715.179	-671.873	-94%
Renovação de sistemas vídeo e comunicação + SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99)	17.182	959.040	-941.858	-98%
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (Material Circulante)	0	11.855.177	-11.855.177	-100%
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC)	227.255	60.505	166.750	276%
Modernização linha Vermelha (CBTC-Mat. Circulante)	0	300.000	-300.000	-100%
Sistema de informação aos clientes nas estações	0	975.000	-975.000	-100%
Remodelação geral de MAVT	0	575.750	-575.750	-100%
Máquina esmeriladora	0	2.797.948	-2.797.948	-100%
Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90	240.128	704.409	-464.281	-66%
Beneficiação geral de portas das frotas ML95, ML97 e ML99	921.504	929.032	-7.528	-1%
Metro Ligeiro de Superfície Loures / Odivelas (Aquisição de Mat. Circulante)	0	0	0	-
Torno rodas PMO3 + Sistema de medida automática de rodas	447.463	605.008	-157.545	-26%
Substituição das travessas de pinho - PMO II	267.418	362.500	-95.082	-26%
Ferramentas e Utensílios	33.875	150.494	-116.620	-77%
Aplicações de Suporte ao Negócio, Hardware e Software	32.965	1.550.000	-1.517.035	-98%
Equipamento Administrativo	65.475	205.558	-140.084	-68%
Plano de Prevenção COVID	0	3.000	-3.000	-100%
Investimento ILD	29.892.470	69.916.409	-40.023.940	-57%
Remodelação da linha Azul	1.360.893	427.545	933.348	218%
Remodelação da linha Amarela	267.220	519.496	-252.276	-49%
Remodelação da linha Verde	36.963	230.591	-193.628	-84%
Remodelação da linha Vermelha	114.228	314.757	-200.529	-64%
Remodelação da Rede Global	92.842	844.944	-752.103	-89%
Remodelação de 11 postos de bombagem da rede ML	50.967	372.162	-321.195	-86%
Plano Nacional de Acessibilidades	409.956	1.752.562	-1.342.606	-77%
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	26.614.613	30.715.125	-4.100.511	-13%
Prolongamento S.Sebastião / Alcântara	399.922	27.902.068	-27.502.146	-99%
Metro Ligeiro de Superfície Loures / Odivelas	0	540.918	-540.918	-100%
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC)	142.347	2.900.780	-2.758.432	-95%
Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)	292.400	843.160	-550.759	-65%
Remodelação estação Areeiro	0	133.201	-133.201	-100%
Remodelação estação Arroios	109.377	100.000	9.377	9%
Remodelação estação Olivais	740	0	740	-
Remodelação estação Cais do Sodré	0	2.279.100	-2.279.100	-100%
Remodelação estação Colégio Militar	0	0	0	-
Remodelação estação Marquês de Pombal	0	40.000	-40.000	-100%
Total	32.244.334	93.145.073	-60.900.739	-65%

Fonte: SAP/CO e PAO 2023-2025 (DFI)

No período em análise, foi realizado 35% do investimento previsto para o 2.º trimestre, apresentando um desvio negativo de 65% (60,9 milhões de euros). A contribuir para este desvio negativo, com valores mais expressivos, estão os projetos:

- Modernização linhas Azul, Amarela e Verde - Investimento ML + ILD: - 10,9 milhões de euros;
- Máquina esmeriladora: -2,8 milhões de euros;
- Aplicações de Suporte ao Negócio: -1,5 milhões de euros;
- Plano Nacional de Acessibilidades: -1,3 milhões de euros;
- Prolongamento Rato / Cais do Sodré: -4,1 milhões de euros;
- Prolongamento S. Sebastião / Alcântara: -27,5 milhões de euros;
- Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC): -2,8 milhões de euros;
- Remodelação estação Cais do Sodré: -2,3 milhões de euros.

5. Resumo

Principais desvios	Desvio	Motivo	Detalhe	Medidas
Balanço				
Ativo n/ corrente				
ILD				
AFT ILD	-102,9 M€	Baixa realização de investimentos e falta de estimativa em investimentos em curso		Melhoria da execução de investimento.
Investimentos em curso	55,4 M€	Valores estimados em AFT	Pág. 6	Estimar novos investimentos em Inv. em curso
Estado - conta a receber	12,6 M€	Variação MtM de instrumentos financeiros		Melhoria da estimativa
Estado - Subsídios - Gestão Infraestr.	-46,7 M€	Excesso de estimativa		
AFT ML				
Ed. Outras construções	12,2 M€	Falta de estimativa em investimentos em curso		Melhoria da execução de investimento.
Equip. básico e equip. administrativo	-37,7 M€	Baixa realização de investimentos e falta de estimativa em investimentos em curso		Estimar novos investimentos em Inv. em curso
Propriedades de investimento	1,4 M€	Excesso de estimativa para reversão de imparidade		
Participações financeiras	-4,2 M€	Aplicação MEP	Pág. 6	
Outros ativos financeiros	-9,1 M€	Relativo a depósitos de colateral / MtM, Fundo compens. do trabalho e investimento financeiro noutras empresas		
Ativo corrente				
Estado e outros entes públicos	-14,2 M€	Excesso de estimativa IVA dedutível		Melhoria da execução de investimento.
Outras contas a receber	-14,4 M€	Acréscimo de rendimentos (PART+Compensações Tarifárias+Receita espaços comerciais) Inferior recebimento de compensação financeira de passes	Pág. 6	
Caixa e depósitos bancários	40,9 M€	Desvio na execução dos projetos de investimento com partícipados pelo Fundo de Coesão, Fundo Ambiental e PRR	Pág. 7	Melhoria da execução de investimento.
Capital próprio				
Capital realizado	-84,7 M€	Adaptações das necessidades de financiamento		Decisões de financiamento do acionista.
Resultados transitados	12,5 M€			
Outras variações no capital próprio	-77,6 M€	Reconhecimento de subsídios ao investimento (pela execução dos projetos) e perdas atuariais.	Pág. 7	
Resultado Líquido	8,9 M€			
Passivo não corrente				
ILD	-46,5 M€	-3,5 M€ Provisões ILD -19,2 M€ falta de estimativa de final de ano (2022) da conversão de passivo não corrente para pass. corrente -2,5 M€ financiamento inferior ao estimado -21,0 M€ Flutuação MTM	Pág. 7	Otimizar estimativas Estimar passagem de Passivo não Corrente para Passivo Corrente Decisões de financiamento do acionista.
Provisões	2,1 M€	Falta de estimativa para processos judiciais		Otimizar estimativa de provisões.
Financiamentos obtidos	-11,0 M€	8,3 M€ Estimativa de final de ano (2022) para encargos com swaps financiados pela DGTF 1,4 M€ referentes a estimativa de financiamento que não se realizou		Otimizar estimativa.
Resp. por benefícios pós-emprego	-26,2 M€	Estimativa desajustada	Pág. 8	Otimizar estimativa.
Outros passivos financeiros	-6,6 M€	Outros instrum. Financeiros - potenc. desfavoráveis-ML		
Passivo corrente				
ILD	86,1 M€	49,7 M€ Financiamentos obtidos 5,7 M€ Acréscimo de gastos de financiamento 30,6 M€ Subsídios ao invest.		Incorporação no ativo do Estado da dívida vencida
Fornecedores	2,5 M€	Estimativa de um maior fluxo financeiro na liquidação de dívidas a fornecedores		Melhoria na previsão de execução
Estado e outros entes públicos	-4,3 M€		Pág. 8	Conversão da dívida vencida em Capital
Financiamentos obtidos	18,3 M€	20,4 M€ Financiam. CP DGTF Fornecedores 4,8 M€		
Outras Contas a Pagar	16,2 M€	Acresc.gastos - Pessoal 2,3 €, Juros 1,1 M€, Sub. Investimento 5,9 M€, Outros 2,0 M€		
Diferimentos	1,6 M€	Rend. A reconhecer - Comp. financeira: 1,9 M€ Rend. A reconhecer - outros: -0,3 M€		

6. Demonstrações Financeiras

6.1. Balanço

BALANÇO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2022		Δ / PAO		
	2.º TRIM 2023	31.DEZ 2022		2.º TRIM 2023	Abs	%	Abs	
ATIVO								
Ativo não corrente								
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5.403.991.269 €	5.369.302.753 €	5.490.960.096 €	34.688.515 €	0,6%	-86.968.827 €	-1,6%	
Ativos fixos tangíveis	104.419.854 €	108.965.796 €	128.574.912 €	-4.545.942 €	-4,2%	-24.155.058 €	-18,8%	
Propriedades de investimento	14.186.939 €	14.414.687 €	12.833.343 €	-227.748 €	-1,6%	1.353.596 €	10,5%	
Ativos intangíveis	1.894.730 €	2.303.973 €	1.562.126 €	-409.243 €	-17,8%	332.604 €	21,3%	
Participações financeiras - método equiv. patrimonial	88.156.515 €	88.156.515 €	92.388.816 €	-	0,0%	-4.232.301 €	-4,6%	
Outros ativos financeiros	43.196.339 €	54.304.221 €	52.260.106 €	-11.107.882 €	-20,5%	-9.063.767 €	-17,3%	
Total do ativo não corrente	5.655.845.645 €	5.637.447.945 €	5.778.579.398 €	18.397.700 €	0,3%	-122.733.752 €	-2,1%	
Ativo corrente								
Inventários	9.761.139 €	9.811.593 €	10.211.411 €	-50.454 €	-0,5%	-450.272 €	-4,4%	
Clientes	1.578.905 €	1.471.506 €	2.384.854 €	107.399 €	7,3%	-805.949 €	-33,8%	
Estado e outros entes públicos	3.406.849 €	3.229.117 €	17.568.102 €	177.732 €	5,5%	-14.161.253 €	-80,6%	
Outras contas a receber	7.969.339 €	5.695.142 €	22.389.436 €	2.274.197 €	39,9%	-14.420.097 €	-64,4%	
Diferimentos	32.174.963 €	30.607.962 €	31.629.237 €	1.567.001 €	5,1%	545.725 €	1,7%	
Caixa e depósitos bancários	156.765.972 €	162.250.374 €	115.838.377 €	-5.484.402 €	-3,4%	40.927.596 €	35,3%	
Total do ativo corrente	211.657.166 €	213.065.693 €	200.021.417 €	-1.408.527 €	-0,7%	11.635.749 €	5,8%	
Total do ativo em investimentos de ILD	5.403.991.269 €	5.369.302.753 €	5.490.960.096 €	34.688.515 €	0,6%	-86.968.827 €	-1,6%	
Total do ativo afeto à operação (ML)	463.511.543 €	481.210.885 €	487.640.719 €	-17.699.342 €	-3,7%	-24.129.176 €	-4,9%	
TOTAL DO ATIVO	5.867.502.812 €	5.850.513.639 €	5.978.600.815 €	16.989.173 €	0,3%	-111.098.003 €	-1,9%	
CAPITAL PRÓPRIO								
Capital realizado	3.849.294.636 €	3.849.294.636 €	3.934.002.420 €	-	0,0%	-84.707.784 €	-2,2%	
Reserva legal	21.597 €	21.597 €	21.597 €	-	0,0%	-	0,0%	
Outras reservas	1.501.878 €	1.501.878 €	1.501.878 €	-	0,0%	-	0,0%	
Resultados transitados	-1.984.842.365 €	-1.963.706.965 €	-1.997.327.423 €	-21.135.400 €	1,1%	12.485.057 €	-0,6%	
Excedentes de revalorização	37.234.076 €	37.234.076 €	37.234.076 €	-	0,0%	-	0,0%	
Outras variações no capital próprio	40.840.227 €	41.396.395 €	118.478.607 €	-556.168 €	-1,3%	-77.638.380 €	-65,5%	
Resultado líquido do exercício	-8.707.799 €	-21.135.400 €	-17.610.607 €	12.427.601 €	-58,8%	8.902.808 €	-50,6%	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1.935.342.250 €	1.944.606.216 €	2.076.300.548 €	-9.263.967 €	-0,5%	-140.958.298 €	-6,8%	
PASSIVO								
Passivo não corrente								
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1.536.314.647 €	1.544.911.659 €	1.582.782.660 €	-8.597.011 €	-0,6%	-46.468.013 €	-2,9%	
Provisões	3.808.358 €	3.848.358 €	1.701.241 €	-40.000 €	-1,0%	2.107.117 €	123,9%	
Financiamentos obtidos	122.633.400 €	122.633.400 €	133.674.204 €	-	0,0%	-11.040.805 €	-8,3%	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	239.271.456 €	241.430.364 €	265.517.605 €	-2.158.908 €	-0,9%	-26.246.149 €	-9,9%	
Outros passivos financeiros	-	-	6.629.060 €	-	-	-6.629.060 €	-100,0%	
Total do passivo não corrente em investimentos de ILD	1.536.314.647 €	1.544.911.659 €	1.582.782.660 €	-8.597.011 €	-0,6%	-46.468.013 €	-2,9%	
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)	365.713.213 €	367.912.121 €	407.522.110 €	-2.198.908 €	-0,6%	-41.808.897 €	-10,3%	
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE	1.902.027.861 €	1.912.823.780 €	1.990.304.771 €	-10.795.919 €	-0,6%	-88.276.910 €	-4,4%	
Passivo corrente								
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1.246.305.083 €	1.216.184.071 €	1.160.200.828 €	30.121.012 €	2,5%	86.104.255 €	7,4%	
Fornecedores	4.139.742 €	1.214.936 €	1.604.869 €	2.924.807 €	240,7%	2.534.873 €	157,9%	
Estado e outros entes públicos	4.030.700 €	3.368.482 €	8.347.280 €	662.218 €	19,7%	-4.316.579 €	-51,7%	
Financiamentos obtidos	700.579.038 €	700.579.038 €	682.251.082 €	-	0,0%	18.327.956 €	2,7%	
Outras contas a pagar	70.277.011 €	66.935.990 €	54.573.397 €	3.341.021 €	5,0%	15.703.614 €	28,8%	
Diferimentos	4.801.127 €	4.801.127 €	5.018.039 €	-	0,0%	-216.913 €	-4,3%	
Total do passivo corrente em investimentos de ILD	1.246.305.083 €	1.216.184.071 €	1.160.200.828 €	30.121.012 €	2,5%	86.104.255 €	7,4%	
Total do passivo corrente afeto à operação (ML)	783.827.618 €	776.899.572 €	751.794.668 €	6.928.046 €	0,9%	32.032.950 €	4,3%	
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	2.030.132.701 €	1.993.083.643 €	1.911.995.496 €	37.049.058 €	1,9%	118.137.205 €	6,2%	
Total do passivo em investimentos de ILD	2.782.619.731 €	2.761.095.729 €	2.742.983.489 €	21.524.001 €	0,8%	39.636.242 €	1,4%	
Total do passivo afeto à operação (ML)	1.149.540.831 €	1.144.811.693 €	1.159.316.778 €	4.729.139 €	0,4%	-9.775.947 €	-0,8%	
TOTAL DO PASSIVO	3.932.160.562 €	3.905.907.422 €	3.902.300.267 €	26.253.140 €	0,7%	29.860.295 €	0,8%	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	5.867.502.812 €	5.850.513.639 €	5.978.600.815 €	16.989.173 €	0,3%	-111.098.003 €	-1,9%	

Fonte: SAP/FI e PAO 2023-2025 (DFI)

6.2. Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2022	2.º TRIM 2023	Abs	%	Abs	%
Vendas e serviços prestados	63.337.403 €	49.615.676 €	52.807.293 €	13.721.727 €	27,7%	10.530.110 €	19,9%
Subsídios à exploração	-	9.070.211 €	7.149.749 €	-9.070.211 €	-100,0%	-7.149.749 €	-100,0%
Ganhos/perdas imp. subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	-	-2.142 €	-	2.142 €	-100,0%	-	-
Trabalhos para a própria entidade	14.138 €	15.588 €	2.959.598 €	-1.450 €	-9,3%	-2.945.460 €	-99,5%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1.476.550 €	-1.433.810 €	-2.161.490 €	-42.740 €	3,0%	684.940 €	-31,7%
Fornecimentos e serviços externos	-17.005.138 €	-14.899.547 €	-25.657.653 €	-2.105.592 €	14,1%	8.652.514 €	-33,7%
Gastos com o pessoal	-46.256.274 €	-41.985.382 €	-45.187.275 €	-4.270.892 €	10,2%	-1.068.999 €	2,4%
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos / reduções)	40.000 €	-	-	40.000 €	-	40.000 €	-
Aumentos / reduções de justo valor	318.196 €	12.634.568 €	-	-12.316.372 €	-97,5%	318.196 €	-
Outros rendimentos e ganhos	2.006.071 €	1.213.387 €	278.500 €	792.685 €	65,3%	1.727.571 €	620,3%
Outros gastos e perdas	-1.719.231 €	-387.307 €	-533.354 €	-1.331.923 €	343,9%	-1.185.876 €	222,3%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-741.384 €	13.841.242 €	-10.344.632 €	-14.582.626 €	-105,4%	9.603.247 €	-92,8%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-7.416.748 €	-7.335.893 €	-6.608.304 €	-80.855 €	1,1%	-808.444 €	12,2%
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-8.158.132 €	6.505.349 €	-16.952.936 €	-14.663.481 €	-225,4%	8.794.804 €	-51,9%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-549.667 €	-12.870.348 €	-657.672 €	12.320.681 €	-95,7%	108.005 €	-16,4%
Resultado antes de impostos	-8.707.799 €	-6.364.999 €	-17.610.607 €	-2.342.800 €	36,8%	8.902.808 €	-50,6%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-8.707.799 €	-6.364.999 €	-17.610.607 €	-2.342.800 €	36,8%	8.902.808 €	-50,6%

Fonte: SAP/FI e PAO 2023-2025 (DFI)



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

- 2.º TRIMESTRE DE 2023

1. ENQUADRAMENTO

O presente relatório do Conselho Fiscal (CF) visa dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, EPE (ML), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, no n.º 4, do artigo 97.º, do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2023) e, ainda, na alínea i), do n.º 1, do artigo 44.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Sector Público Empresarial - RJSPE) e reporta-se ao 2.º trimestre de 2023.

Na elaboração deste relatório foi tido em consideração o relatório da execução orçamental do referido trimestre, aprovado, pelo Conselho de Administração (CA) do ML, em 16/11/2023, na versão enviada em 25/01/2024.

De referir que, por despacho de 12/05/2023, de S.E. o Secretário de Estado do Tesouro (SET) e, posteriormente, por despacho de S.E. o Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, de 15/05/2023, foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento 2023-2025 do ML, “...circunscrito ao ano de 2023...”.

Esta autorização decorre do Despacho n.º 180/2023-SET, de 12/05/2023, de S.E. o SET que, além de aprovar o relatório de análise n.º 304/2022, de 12 de dezembro, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM), estabeleceu que o PAO se encontrava “...em condições de merecer aprovação, condicionada ao cumprimento dos valores máximos de despesa autorizados no Orçamento do Estado para 2023, e não representando qualquer compromisso ou validação quanto às estimativas de esforço financeiro do Estado incluindo dotações de capital, empréstimos ou subsídios contempladas no PAO 2023 ou que resultem de futuras alterações dos termos da concessão” tendo sido, ainda, dadas autorizações para:

- *Contratação de até 73 trabalhadores, conforme recomendação da UTAM e nos seus termos;*
- *O pagamento do complemento excepcional aos pensionistas pretendido pela empresa, aplicando-se, com as necessárias adaptações, as condições em que o mesmo foi aprovado, em diploma próprio, para os pensionistas do setor bancário;*
- *O aumento de gastos com pessoal limitado a 3,807 milhões de euros, até ao valor total de 91,088 milhões de euros, deduzido do valor que resulte das contratações não autorizadas, ajustando o aumento da massa salarial global, incluindo todos os efeitos e componentes remuneratórias, salvo efeitos de volume, às orientações expressas do Acionista Estado, emanadas, nomeadamente, no despacho de 15.12.2022, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças, e ajustado ao montante necessário para a autorização concedida no ponto anterior;*



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

- *O aumento do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria limitado ao montante de até 264,2 mil euros face a 2022; e*
- *O não cumprimento de Orientações financeiras para 2023-2025, conforme [Despacho n.º 252/2022-SET](#), de 18 de agosto, no tocante às taxas de variação dos FSE e dos Gastos operacionais face à taxa de crescimento do Volume de negócios e do crescimento do EBIT, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor (EBITlíg), atento ao cumprimento do rácio de eficiência operacional excluindo fatores de caráter excepcional.*

A fiscalização do ML encontra-se também cometida a um Revisor Oficial de Contas (ROC)¹, que não é membro do CF, de acordo com o modelo previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e nos termos do artigo 13.º dos Estatutos do ML.

Na análise efetuada, além dos documentos/instrumentos já referidos, foram também considerados o relatório do ROC, enviado ao CF em 2 de fevereiro de 2024, emitido também em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, bem como as atas das reuniões do CA do trimestre.

Por último, salienta-se que os atuais membros do CF foram nomeados por despacho de S. Exas. os Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade Urbana, respetivamente de 11 de outubro de 2023 e de 25 de outubro de 2023, para o mandato 2023-2025.

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE

2.1. Atividade e Investimento

O 2º trimestre de 2023 (em termos acumulados, a 30 de junho) registou 72,8 milhões de passageiros transportados com título pago e 390,2 milhões de passageiros x Km, o que traduz, respetivamente, desvios positivos de 7,4% e 0,9% nos referidos indicadores de procura, face ao orçamento e aprovado para o mesmo período. Os mesmos indicadores evidenciam, respetivamente, aumentos de 24,5% (+14,4 milhões) e 21,4% (+68,9 milhões), face ao período homólogo do ano anterior.

Realça-se que tais níveis de atividade ainda se situam abaixo dos verificados no 2º trimestre de 2019 (anterior à pandemia COVID-19)².

A oferta, medida através do indicador “lugares x km”³, registou um desvio positivo de 6,6% em relação ao previsto para o final do mesmo trimestre e um acréscimo de 1,9% face ao período homólogo de 2022.

¹ João Cipriano & Associados, SROC, Lda, representada pelo ROC João Amaro Santos Cipriano.

² 80,6 milhões de passageiros transportados com título pago e 428,5 milhões de passageiros x Km, no final de 2.º trimestre de 2019.

³ Os acréscimos nos indicadores de oferta são menores do que os registados nos indicadores de procura, dado que, em situação de pandemia, incluindo ainda o ano de 2022, o ML não reduziu a oferta proporcionalmente às quebras verificadas na procura.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

O investimento (formação bruta de capital fixo) realizado até ao final do 2.º trimestre de 2023 atingiu o montante global de 32,2 milhões de euros (M€), o que corresponde a uma taxa de execução de apenas 35% face ao projetado para o mesmo período (93,1 M€). Realça-se: (i) que o prolongamento da linha Rato / Cais do Sodré representou cerca de 83% (26,6 M€) do total executado e (ii) que o investimento relativo ao prolongamento S. Sebastião/Alcântara registou uma taxa de execução de 1% (0,4 M€), relativamente ao programado (27,9 M€) para igual período.

2.2. Desempenho económico e financeiro

Neste ponto, ressalva-se o facto de ainda não terem sido aprovadas pelo “acionista” as contas relativas ao exercício de 2022 e das demonstrações financeiras que integram o documento em apreciação terem sido elaboradas pela empresa, ficando, assim, as contas de 2023 sujeitas aos trabalhos de revisão legal das contas da Sociedade, nos termos do artigo 45.º, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC), e do artigo 451.º do CSC.

Nos termos do n.º 3, do artigo 25.º, do RJSPE, o relatório trimestral deve apresentar o nível de execução orçamental, assim como as operações financeiras contratadas. Para o efeito, o ML apresentou nomeadamente indicadores de atividade, financeiros, de qualidade do serviço e de recursos humanos.

Da análise efetuada ao Relatório de execução do 2.º trimestre 2023, destaca-se:

- O prejuízo de 8,7 M€ registado no final do período representa um desvio favorável de 8,9 M€ face ao orçamentado para o mesmo período (prejuízo de 17,6 M€), em consequência da execução de gastos com fornecimentos e serviços externos abaixo do previsto (-8,7 M€) e da execução de vendas e serviços prestados acima do previsto (+10,5 M€), a qual superou a não atribuição do subsídio pela pandemia COVID-19 (-7,1 M€).

O prejuízo executado representa um agravamento de 2,3 M€ em relação ao período homólogo de 2022 (prejuízo de 6,4 M€), o qual decorre essencialmente da conjugação dos seguintes fatores: (i) não atribuição da compensação pela pandemia COVID-19 (-9,0 M€); (ii) diminuição de 12,3 M€ em aumentos do justo valor, pelo termo dos contratos swap; (iii) aumento dos gastos com o pessoal e com fornecimentos e serviços externos, em 4,3 M€ e 2,1 M€, respetivamente; (iv) acréscimo das vendas e prestações de serviços (+13,7 M€); e (v) redução dos juros e gastos similares (-12,3 M€).

Destaca-se que os gastos com pessoal registados a 30 de junho (46,3 M€) excederam em 1,1 M€ (+2,4%) os gastos orçamentados e aprovados para o mesmo período (45,2 M€)⁴.

- A receita, constituída por receita tarifária (bilhetes e passes), compensação financeira dos passes sociais (4_18, Sub23 e Social+) e compensação tarifária (PART), globalmente ascende a 59,6 M€, traduz um desvio favorável de 20,8% (+10,3 M€) face ao orçamentado para o mesmo período e um

⁴ Ver desenvolvimento no ponto 3 do presente parecer.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

aumento de 28,1% (+13,1 M€) face ao período homólogo, este último em resultado do acréscimo da receita tarifária em 30,9% (+12,5 M€)⁵.

- A não atribuição de qualquer compensação decorrente da pandemia COVID-19 até 30 de junho, a qual havia sido orçamentada em 7,1 M€ para o mesmo período.
- O capital próprio de 1.935 M€ alcançado a 30 de junho representa um desvio desfavorável de 141,0 M€ (-6,8%) face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período, decorrente, sobretudo, dos desvios na execução dos aumentos de capital (-84,7 M€), e dos desvios na execução de “Outras variações no capital próprio” (-77,6 M€), estes últimos relacionados com o reconhecimento dos subsídios aos investimentos e com perdas atuariais.

O Capital Próprio regista uma diminuição de 9,3 M€ (-0,5%), face a 31 de dezembro de 2022, essencialmente por via do impacto do prejuízo registado no período (-8,7 M€).

- A não concretização de quaisquer das dotações de capital orçamentadas e aprovadas para o período (43,8 M€).
- O Ativo de 5.868 M€ alcançado a 30 de junho representa um desvio desfavorável de 111,1 M€ (-1,9%) face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período, em resultado, essencialmente, do desvio desfavorável da rubrica “investimentos de ILD” (-87,0 M€), decorrente da realização de investimentos de ILD abaixo do orçamentado para o período.

O aumento do Ativo em 17,0 M€ (+0,3%), face a 31 de dezembro de 2022, decorre, essencialmente, do acréscimo dos investimentos em ILD (+34,7 M€), realçando-se, deste acréscimo (ILD): (i) +28,6 M€ de investimentos em curso; (ii) +28,6 M€ de encargos financeiros; (iii) -8,4 M€ da variação do *mark-to-market* dos contratos swap; e (iv) -16,2 M€ relativos ao recebimento do Fundo de Coesão (POSEUR)⁶.

- O Passivo de 3.932 M€ registado no final do período representa um desvio desfavorável de 29,9 M€ (+0,8%) face ao orçamentado e aprovado, decorrente, sobretudo, do desvio favorável de 26,2 M€ (-9,9%) por responsabilidades com benefícios pós-emprego (sobre orçamentação de tais obrigações) e do desvio desfavorável de 39,6 M€ (+4,5%) na rubrica “investimentos de ILD”⁷ (essencialmente devido à orçamentação de uma diminuição do passivo por incorporação no ativo do Estado -ILD - que não se verificou)⁸.

O aumento do Passivo em 26,3 M€ (+0,7%), face a 31 de dezembro de 2022, resulta, essencialmente, do aumento da rubrica de investimentos de ILD (decorrente dos juros a liquidar).

⁵ Verificou-se a manutenção da compensação tarifária (PART) atribuída (1,8 M€) face ao 2.º trimestre de 2022.

⁶ Comparticipação do projeto de expansão Rato/Cais do Sodré.

⁷ Passivo Não Corrente + Passivo Corrente.

⁸ No valor de 49,7M€.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

3. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS

Atenta a informação constante do ponto 3. do Relatório de execução do 2.º trimestre de 2023, as obrigações legais aplicáveis, o despacho que aprovou o PAO 2023 e as orientações transmitidas aquando da elaboração do PAO para 2023 (vd. Ponto 1.), salientam-se os seguintes aspectos:

Autorizações /Orientações	Observações do CF
Aumento líquido de até 73 trabalhadores, face a 2022. (Despacho aprovação PAO e n.ºs 1, 2 e 3, do artigo 131.º do DLEO para 2023)	No PAO 2023 estavam previstos 1.615 efetivos em 30/06/2023 ⁹ (sem considerar os órgãos sociais). O total de efetivos em 30/06/2023 (1.564) corresponde a uma diminuição de 5 trabalhadores face a 31/12/2022 (1.569), decorrente do atraso no processo de contratação aprovado no PAO, bem como na substituição de saídas, conforme informação da empresa.
Aumento dos Gastos com o Pessoal, limitado a 3,807 M€, até ao valor total de 91,088 M€, face a 2022. (Despacho aprovação PAO)	Os gastos com pessoal (46,3M€) registaram um desvio desfavorável de 1,1 M€ (+6,4%) face ao orçamentado e aprovado para o período (45,2 M€), em resultado da dinâmica dos Acordos de Empresa, bem como da atualização salarial decorrente do Despacho conjunto de S. Exas. o Secretário de Estado das Finanças e da Secretaria de Estado do Tesouro, de 15 de dezembro de 2022, que não foi considerada aquando da apresentação da proposta de PAO.
Aumento das despesas com a frota automóvel, deslocações ajudas de custo e contratação externa de estudos, projetos, pareceres e consultadoria, de até 264,2 mil euros, face a 2022 (3,26M€). (Despacho aprovação PAO)	O total dos referidos gastos ascendeu, em 30/06/2023, a 0,8 M€. O valor executado é inferior ao orçamentado e aprovado para o período (2,1 M€), sendo que a baixa execução dos gastos com a “contratação externa de estudos, projetos, pareceres e consultadoria” (-1,1 M€) foi justificada pelos atrasos nas contratações das assessorias para os projetos de expansão e modernização.
Rácio de eficiência operacional ¹⁰ (gastos operacionais/volume de negócios) de até 100,5%, a 31/12/2023	Em 30/06/2023, o peso dos gastos operacionais (GO) ¹¹ sobre o volume de negócios (VN) ¹² ascendeu a 95,4%, o que representa um desvio favorável de 5,3 p.p. face ao orçamentado e aprovado para o período (100,7%). Destacam-se os desvios favoráveis nos GO ¹³ (-5,4 M€) e VN (+10,5 M€), este

⁹ De acordo com as autorizações concedidas por Despacho n.º 120/2022-SET, de 12 de junho (contratação de 58 trabalhadores) e por Despacho n.º 180/2023-SET, de 12 de maio (contratação de 73 trabalhadores), o número de efetivos do ML (excluindo órgãos sociais) a 31/12/2022 e a 31/12/2023, corresponde, respetivamente, a 1580 e a 1653.

¹⁰No cálculo do rácio de eficiência operacional (Gastos Operacionais/ Volume de Negócios) foram excluídos os impactos excepcionais nos rendimentos e/ou nos gastos, designadamente os relacionados com a crise geopolítica e com a pandemia COVID-19.

¹¹ Os gastos operacionais, para efeitos de aferição da eficiência operacional, correspondem aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, aos gastos com fornecimentos e serviços externos e aos gastos com pessoal, deduzidos dos gastos com a pandemia COVID-19, a integração dos trabalhadores da FERCONSULT e os decorrentes do acréscimo do preço da energia.

¹² Vendas e Prestações de Serviços.

¹³ Para efeitos de comparabilidade da eficiência operacional.

**Metropolitano de Lisboa, E.P.E.****CONSELHO FISCAL**

Autorizações /Orientações	Observações do CF
(Despacho aprovação PAO)	último sem considerar qualquer perda de receita atribuível à pandemia COVID-19, que havia sido orçamentada em 12,5 M€ (o VN executado em 30/06/2023 esteve em linha com o executado em igual período de 2019).
Programa Pagar a Tempo e Horas – Prazo médio de pagamentos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e Despacho n.º 9870/2009, publicado em 13 de abril)	Em 30/06/2023, o PMP era de 15 dias (menos 30 dias do que o previsto no PAO e inferior a 23 dias face ao registado no final do 2.º trimestre de 2022). Perspetiva-se que, no final de 2023, a empresa cumpra o objetivo de redução de prazos de pagamento a fornecedores, salientando-se que o resultado observado é o melhor dos últimos anos ¹⁴ .
Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho)	Até ao final do 2º trimestre, o ML tinha fundos disponíveis de 254,5 M€, assumiu compromissos de 151,5 M€ e efetuou pagamentos de 102,4 M€. Em consequência, os fundos disponíveis registam uma variação positiva de 103 M€ e os compromissos assumidos e por pagar ascendem a 49,1 M€. Assim, o ML não consta da “ <i>Lista das entidades da Administração Central, que se encontram em incumprimento nos termos dos n.os 5 e 6 do art.º 7.º do DL 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo DL 99/2015, de 2 de junho</i> ” ¹⁵ . Em 30/06/2023, a empresa não dispunha de pagamentos em atraso.
Princípio da Unidade de Tesouraria (Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, art.º 28.º do RJSPE, art.º 105.º LOE para 2023 e art.º 91.º do DLEO de 2023 e Despacho do IGCP, de 28/04/2022)	Em 30/06/2023, o ML dispunha de 98,4% das suas disponibilidades no Tesouro (156,7 M€). O remanescente (2,6 M€), depositado junto da banca comercial, foi objeto de dispensa pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., em 28/04/2022, para vigorar no biénio 2022/2023.
Endividamento – Crescimento global limitado a 2 %, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo investimentos (artigo 35.º da LOE para 2023 e artigo 134.º do DLEO 2023)	O ML registou uma variação nula do endividamento, por aplicação da fórmula prevista no DLEO para 2023. Não ocorreram alterações no passivo remunerado e no capital social, face a 31/12/2022, e não se registaram novos investimentos com expressão material.

¹⁴ https://www.dgtf.pt/ResourcesUser/SEE/Documents/PMP/2023/PMP_2T2023.pdf.¹⁵ https://www.dgo.gov.pt/execucaorimental/LCPA_ListaEntidadesIncumpridoras/ListaEntidadesACIncumpridorasDasNormasDL127-2012_junho2023.pdf.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

4. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Os contratos celebrados entre 1/03/2023 e 30/06/2023 e publicados, no [Portal Base dos Contratos Públicos](#) (pesquisa efetuada em 31/01/2024), totalizaram 37 procedimentos contratuais, num preço contratual global de 86,7 M€. O tipo de procedimento mais expressivo é a consulta prévia (70,3 M€; 81,1% do total), seguido do concurso público (11,9 M€; 13,7% do total) e do ajuste direto de regime geral (4,5 M€; 5,2 % do total) e, dentro deste tipo, os fundamentados em critérios materiais (4,3 M€).

Da análise dos dados publicados resulta ainda que o principal contrato se refere, de acordo com os CPV, a instalações em edifícios (71 M€ / 82% do total), abrangendo, no essencial, a “*empreitada de conceção e construção dos acabamentos e sistemas no âmbito da concretização do plano de expansão - prolongamento das linhas Amarela e Verde - extensão Rato-Cais do Sodré - Metropolitano de Lisboa (Lote 4)*” (procedimento por consulta prévia, num total de 70 M€¹⁶).

No mesmo período, foram publicados, na 2.ª Série do Diário da República, anúncios referentes a 23 concursos públicos, cujo preço base total ascendeu a 60,3 M€.

5. RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO ML

Como já referido, o CF teve também em consideração o Relatório do ROC – 2.º trimestre 2023, que se considera aqui como reproduzido, no qual este identifica os desvios que considera relevantes nos resultados e na situação patrimonial do ML face ao orçamentado, bem como as variações mais significativas (resultados) em relação ao período homólogo. Não foram efetuadas recomendações ao ML, existindo uma consideração adicional sobre “...as questões contratuais e financeiras por resolver, que se mantêm a essa data, e que determinaram as reservas colocadas na opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022, constante da respetiva Certificação Legal das Contas”.

¹⁶ Contrato objeto de [visto prévio do Tribunal de Contas](#).



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

6. CONCLUSÃO

Em cumprimento das respetivas obrigações legais e estatutárias, em especial do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o CF emite o presente relatório que reflete a análise à execução do ML no período que terminou em 30/06/2023.

O CF entende que o relatório de execução do PAO relativo às contas no final do 2.º trimestre de 2023 reflete a atividade e o desempenho do ML no período em causa e evidencia o grau de cumprimento das obrigações legais e orientações aplicáveis à empresa.

O relatório de execução referente ao período que terminou em 30/06/2023 e os correspondentes relatórios do ROC e do CF devem ser objeto de divulgação pública e devem ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do respetivo setor de atividade, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

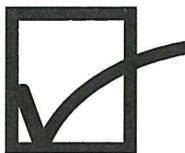
Lisboa, em 6 de fevereiro de 2024.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vogal efetiva

Vogal efetiva



João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO

ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

2.º TRIMESTRE 2023

Introdução

1. O presente relatório reporta-se às contas no final do **2.º trimestre de 2023** do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** (o ML ou da Entidade) e é emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 14.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.
2. Procedemos à análise da evolução da situação económica, financeira e execução orçamental da Entidade ocorrido até o final do 2.º trimestre de 2023, tendo por base a informação financeira e de gestão com referência a 30 de junho de 2023, designadamente, o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas, bem como o "Plano de Atividades e Orçamento (PAO)" para 2023 aprovado pelo Despacho conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, em 15 de maio de 2023 e o "Relatório Trimestral" preparado pela Entidade com referência ao 2.º trimestre de 2023 e apreciado na reunião do Conselho de Administração de 16 de novembro de 2023.

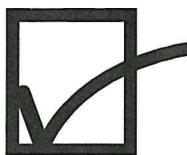
Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
4. Do disposto estatutariamente decorre a nossa responsabilidade de elaborar um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação ao PAO de 2023 e respetivas causas.

Âmbito

5. O nosso trabalho consistiu na execução dos seguintes procedimentos considerados necessários e suficientes para responder à responsabilidade que nos foi atribuída:
 - a) Acompanhamento da atividade da Entidade, através de contactos com responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
 - b) Análise do balancete com referência a 30 de junho de 2023 e revisão analítica da informação financeira relativa ao período de seis meses findo nessa data, incluindo testes à verificação





JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o nº 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte; e

- c) Testes que contemplaram a análise crítica sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Entidade e tendo por base a informação por esta fornecida.

Conclusões

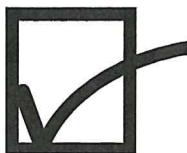
6. Com base nos procedimentos efetuados, entendemos dever realçar as seguintes situações:

- a) Balanço:

A Entidade apresenta no ponto 6.1. do Relatório referente ao 2.º trimestre de 2023 um mapa no qual procede à comparação entre os valores constantes no Balanço em 30 de junho de 2023 com os valores orçamentados no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2023 para o final do segundo trimestre de 2023, e com os valores constantes no Balanço a 31 de dezembro do ano 2022, e onde se evidenciam os desvios orçamentais e a evolução de 2022 para 2023 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Da análise efetuada aos desvios ocorridos, entendemos destacar os seguintes aspetos:

- O total do **Ativo** registou um desvio desfavorável de 1,9%, em valor -111,1 milhões de euros, face ao PAO de 2023, que se deveu fundamentalmente às seguintes situações:
 - desvio desfavorável de 1,6%, no valor de -87,0 milhões de euros, na rubrica "Investimentos de Infraestrutura de Longa Duração" (ILD) devido: (i) ao reconhecimento dos subsídios ao investimento recebidos por valores inferiores ao previsto (-46,7 milhões de euros); (ii) à realização de investimentos abaixo do estimado no orçamento (-47,5 milhões de euros); e (iii) aos impactes das variações do "*mark-to-market*" dos derivados (-5,4 milhões de euros);
 - desvio desfavorável de 18,8% (-24,2 milhões de euros), ocorrido na rubrica "Ativos Fixos Tangíveis" fruto da realização de investimento abaixo do previsto;
 - desvio desfavorável de 17,3%, no valor de -9,1 milhões de euros, na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", explicada pela menor execução dos colaterais a favor do "*Wilmington Trust e Wells Fargo*", de 8,2 milhões de euros, por variação do "*mark-to-market*";
 - desvio desfavorável de 4,6% (-4,2 milhões de euros), ocorrido na rubrica "Participações Financeiras – Método de Equivalência Patrimonial", resultante do efeito da mensuração, através do método de equivalência patrimonial, da participação financeira no TREM;
 - desvio desfavorável de 80,6%, no valor de -14,2 milhões de euros, na rubrica "Estado e Outros Entes Públlicos", que se deveu ao excesso de estimativa de IVA dedutível e sobrevalorização das estimativas com pedidos de reembolso de IVA, motivado pela menor execução dos investimentos (ILD e AFT);
 - desvio desfavorável de 64,4% (-14,4 milhões de euros) na rubrica de "Outras Contas a Receber", explicado pelo excesso da estimativa com acréscimo de



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o nº 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

rendimentos (PART, compensações tarifárias, receita de espaços comerciais), de -13,5 milhões de euros;

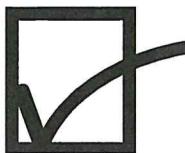
- desvio favorável de 35,3%, no valor de 40,9 milhões de euros, na rubrica "Caixa e Depósitos Bancários" associado ao desvio na execução de projetos cujos subsídios ao investimento foram recebidos.

- O **Passivo** total registou um desvio desfavorável de 29,9 milhões de euros (+0,8%) face ao valor previsto no PAO de 2023, que se deveu às seguintes situações:

- desvio desfavorável de 1,4%, no valor de 39,6 milhões de euros, na rubrica "Investimento de ILD" (Passivo Não Corrente + Passivo Corrente) decorrente, essencialmente, em *sentido positivo*, da flutuação do "mark-to-mark" dos derivados (-21,0 milhões de euros) e da falta de estimativa de final de ano (2022) da conversão de passivo não corrente para passivo corrente (-19,2 milhões de euros), e em *sentido negativo*, pela não incorporação no ativo do Estado, da dívida vencida (afeta a ILD), no valor de 49,7 milhões de euros, pelo não reconhecimento dos subsídios ao investimento em ILD (+30,6 milhões de euros), e por último pelo crescimento de 5,7 milhões de euros nos acréscimos de gastos com juros a liquidar;
- desvio desfavorável de 123,9% (+2,1 milhões de euros) na rubrica "Provisões" que se explica: (i) na falta de estimativa de provisões para processos judiciais em curso (+1,4 milhões de euros); (ii) nas provisões para investimentos financeiros (+0,2 milhões de euros); e (iii) nos juros de mora do Santander (+0,5 milhões de euros);
- desvio desfavorável de 0,9%, no valor de 7,3 milhões de euros, na rubrica "Financiamentos Obtidos" (Passivo Não Corrente + Passivo Corrente) devido ao efeito conjugado dos seguintes fatores: (i) redução de 8,3 milhões de euros resultante da estimativa de final de ano (2022) para encargos com "Swaps" financiados pelo DGTF; (ii) redução de 2,7 milhões de euros referentes à estimativa de financiamento que não se realizou por decisão do acionista; (iii) incremento em 20,4 milhões de euros dos financiamentos por não conversão de dívida vencida em Capital por parte da DGTF; por último (iv) redução de 2,1 milhões de euros de suprimentos para cobertura de défice operacional, que não se verificou;
- desvio desfavorável de 28,8% (+15,7 milhões de euros) na rubrica "Outras Contas a Pagar", justificado pelo aumento de 4,8 milhões de euros nas dívidas a fornecedores de investimento, e pelo incremento de 11,3 milhões de euros nos acréscimos de gastos (pessoal e subsídios ao investimento).

- Quanto ao **Capital Próprio**, verificou-se um desvio desfavorável de 6,8% (-141,0 milhões de euros), justificado pelo efeito conjugado dos seguintes fatores:

- desvio desfavorável de 84,7 milhões de euros, na rubrica "Capital Realizado", devido a dotações de capital inferiores às previstas, em consequência de decisões de financiamento do acionista Estado;



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o nº 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

- desvio desfavorável de 77,6 milhões de euros, na rubrica "Outras Variações no Capital Próprio", que se deveu, em grande parte, ao desvio no reconhecimento dos subsídios ao investimento em ILD;
- desvio favorável de 12,5 milhões de euros na rubrica de "Resultados Transitados", pelo valor estimado do Resultado Líquido do ano 2022 ser mais negativo do que o verificado;
- desvio favorável de 8,9 milhões de euros, verificado no resultado líquido do período, cujas principais variações ocorridas são analisadas na alínea b) do presente relatório.

b) Demonstração dos resultados

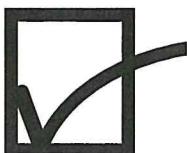
A Entidade apresenta no ponto 6.2 do Relatório referente ao 2.º Trimestre de 2023 um mapa no qual procede à comparação dos valores realizados até 30 de junho desse ano com os valores orçamentados no PAO de 2023 e as variações ocorridas face ao período homólogo de 2022, em valor e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Conforme evidenciado no mapa do ponto 6.2 do referido Relatório, constata-se que no final do 2.º Trimestre de 2023 a Entidade apresenta um resultado líquido negativo de 8,7 milhões de euros, o que equivale a um agravamento do prejuízo em cerca de 36,8%, no valor de 2,3 milhões de euros, quando comparado com o período homólogo (-6,4 milhões de euros), e apresenta um desvio favorável de 50,6% (+8,9 milhões de euros), face ao resultado previsto no PAO de 2023 (-17,6 milhões de euros).

Os principais fatores contributivos para o desvio face ao PAO de 2023 foram os seguintes:

- desvio favorável de 19,9% (+10,5 milhões de euros) na rubrica "Vendas e Serviços Prestados", devido essencialmente, ao aumento da atividade (rébito do tarifário);
- desvio desfavorável de 100,0% (-7,2 milhões de euros) na rubrica de "Subsídios à Exploração" explicado pela excessiva orçamentação deste subsídio, face à menor atividade prevista no PAO que atendendia a menores níveis de procura;
- desvio favorável de 33,7%, no valor de 8,7 milhões de euros, na rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos", em consequência duma previsão que se revelou excessiva em diversas classe de gastos, das quais destacamos os gastos com conservação e reparação (-3,1 milhões de euros), os gastos com energia (-3,0 milhões de euros), e os trabalhos especializados (-1,1 milhões de euros);
- desvio desfavorável de 2,4% (+1,1 milhões de euros) na rubrica "Gastos com o Pessoal", correspondendo, essencialmente, à variação da massa salarial resultante da dinâmica dos Acordos de Empresa, bem como, atualizações salariais decorrentes da legislação aplicável.

Quanto à comparação com o período homólogo do ano anterior, destacamos as seguintes variações:



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o nº 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

- comportamento favorável de 27,7% (+13,7 milhões de euros) na rubrica “Vendas e Serviços Prestados”, justificado, essencialmente, pelo aumento da atividade (aumento da procura);
- variação desfavorável de 100,0% (-9,1 milhões de euros) na rubrica “Subsídio à Exploração” devida ao não recebimento, no primeiro semestre de 2023, de qualquer subsídio destinado a financiar atividade do ML;
- aumento de 14,1% (+2,1 milhões de euros) na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” que se deveu fundamentalmente ao incremento dos custos com energia;
- redução dos juros e gastos similares suportados em cerca de 12,3 milhões de euros, explicado pelo pagamento em 2022 de juros “Swap”.

c) Consideração adicional:

As referências sobre a informação financeira da Entidade reportada a 30 de junho de 2023, efetuadas nas anteriores alíneas a) e b) do ponto 6 deste relatório, têm subjacentes as questões contratuais e financeiras por resolver, que se mantêm a essa data, e que determinaram as reservas colocadas na opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022, constante da respetiva Certificação Legal das Contas.

Restrições na distribuição e uso

7. Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o presente relatório deve ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Lisboa, em 2 de fevereiro de 2024

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 119 na OROC, com registo nº 20161438 na CMVM)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano

(Revisor Oficial de Contas nº 631 na OROC, com registo nº 20160277 na CMVM)